

A CONTRIBUIÇÃO DOS RICOS PARA A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Marcos Hecksher

Assessor especializado do Ipea. *E-mail:* <marcos.hecksher@ipea.gov.br>.

Pedro Luis do Nascimento Silva

Professor e pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *E-mail:* <pedro-luis.silva@ibge.gov.br>.

Carlos Henrique Corseuil

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <carlos.corseuil@ipea.gov.br>.

A parcela da desigualdade de renda explicada pelos 10% mais ricos da população brasileira é superior a 50%. Esse percentual é maior no Brasil do que o encontrado em outros países, como Estados Unidos (45%), Alemanha (44%) e Grã-Bretanha (41%). A desigualdade é estimada por um indicador ainda pouco utilizado na literatura socioeconômica, a J-divergência, definida pela soma dos índices *T* e *L* de Theil. Ao contrário destes e do índice de Gini, a J-divergência populacional e suas correspondentes estimativas amostrais podem ser facilmente decompostas como a soma das contribuições individuais para a desigualdade total. Foram utilizados os microdados publicamente disponíveis sobre o rendimento mensal total domiciliar equivalente e *per capita* da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de estimar a J-divergência a cada ano de 1981 a 2015 e as correspondentes proporções da desigualdade explicadas por cada vigésimo da distribuição. No período 2001-2014, de redução da desigualdade na Pnad, o grupo central da distribuição reduz sua participação na J-divergência.

O uso da J-divergência como indicador de desigualdade, ainda pouco difundido na literatura socioeconômica, permite explorar questões até agora não muito estudadas, mas relevantes para a compreensão do fenômeno. Os resultados para o Brasil apresentados neste trabalho mostram que, além de a renda nacional ser muito concentrada nos estratos mais ricos – o que já era sabido –, a participação desses grupos é muito preponderante em ao menos um índice sintético de desigualdade. A concentração de mais da metade da

J-divergência no décimo mais rico da população em todas as medidas de renda analisadas adiciona um aspecto à já conhecida excepcionalidade da desigualdade brasileira. Afinal, desde 1981, a participação desse grupo na J-divergência total supera as encontradas nos três países para os quais Rohde (2016) estimou séries análogas (Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha).

Além disso, os resultados evidenciam que, ao menos no Brasil, esse indicador sintético de desigualdade é majoritariamente determinado pelo que ocorre com as participações na renda total das pessoas mais ricas, sendo muito menos afetado pelas frações da renda total auferidas pelos mais pobres.

Essa preponderância dos mais ricos sobre o nível e a trajetória da J-divergência pode ajudar a compreender melhor a controvérsia sobre o que, afinal, aconteceu com a desigualdade de renda no Brasil desde o início deste século. Espera-se que a estimação da J-divergência e de sua decomposição com dados brasileiros possa contribuir para o entendimento das relações entre os diferentes estratos da distribuição de renda e os índices de desigualdade. Conhecer melhor essas relações pode ser um passo útil na definição de novas metas e ações, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

REFERÊNCIA

ROHDE, N. J-divergence measurements of economic inequality. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 179, n. 3, p. 847-870, 2016. (Series A: Statistics in Society).